

Mudança de instalações tarda e mau estar na PSP contra o comandante agudiza-se

Comandante acusado de abuso de poder

Um dos sindicatos da polícia vai avançar com uma providência cautelar e uma queixa-crime contra o comandante da PSP de Castelo Branco por alegado abuso de poder. O Intendente Barata Mendes diz estar tranquilo e afirma estar preparado para se defender.

O Sindicato dos Profissionais da Polícia (SPP-PSP) vai avançar com uma providência cautelar e uma queixa-crime contra o comandante da PSP de Castelo Branco, por alegado abuso de poder. Em causa estará a violação da lei que regula a actividade sindical, uma vez que “foi transferido, sem o devido fundamento, um dos delegados do SPP-PSP da Investigação Criminal para a Esquadra”.

António Ramos, presidente do SPP-PSP, explicou ao Reconquista que “o mau estar na instituição não é de agora. Começa com o contraditório da promoção por distinção de um agente que é o motorista do comandante”, não reconhecendo que este elemento “se tenha destacado em relação aos outros”. Para fundamentar os tais “serviços distintos, é preciso fazer algo relevante para a sociedade. Por exemplo, o SPP-PSP propôs a promoção de um agente, que salvou um jovem que estava embriagado e caído na linha do comboio e, à custa disso, sofreu graves sequelas, um episódio que causou a morte a outro agente que o acompanhou nesta missão. Aqui sim se justifica a promoção por serviços distintos, porque arriscaram a vida, mas ainda não houve resposta”.

O comandante da PSP nega que haja qualquer tipo de mau estar. “Não tenho dado conta, nem sinto qualquer mau estar na instituição, até porque não tenho qualquer dúvida em relação à legalidade dos meus actos”, sublinha o intendente Nuno Barata Mendes. E, quanto ao processo-crime, “estou à vontade, pois sou responsável pelos meus actos e pagar

por eles, se for caso disso. Mas estou tranquilo e preparado para me defender, seja do que for”.

O sindicalista António Ramos lembra que o tom de descontentamento se foi elevando e o mau estar vem a lume com a transferência do delegado do SPP-PSP. “Esta decisão do comandante consubstancia uma ilegalidade, um crime, punível por lei”, reitera, lembrando que “uma situação idêntica ocorreu em 2009 na Guarda, o que motivou um pedido de esclarecimento à Direcção Nacional (DN) da PSP e ao Ministério da Administração Interna (MAI), tendo a tutela respondido ao SPP-PSP que “nesta matéria, a regra traduz-se na inamovibilidade do delgado sindical, excepto quando, subjacente à nova colocação, estejam presentes razões que consubstanciem o interesse público ou a extinção do posto de trabalho”, sendo que o contrário “viola o direito fundamental consagrado no artigo 4.º da Lei 14/2002, de 19 de Fevereiro”, não reconhecendo o SPP-PSP “interesse público nesta



O Intendente Barata Mendes diz-se tranquilo

transferência”. Posto isto, o SPP-PSP solicita ao MAI que “volte a imperar o bom senso”.

Também nesta matéria

o intendente Nuno Barata Mendes nega qualquer irregularidade. “Esta transferência não tem nada a ver com interesses políticos ou

privados, mas apenas com o interesse público, pelo que também estou à vontade para a fundamentar”, afirma o comandante da PSP.

O SPP-PSP reitera que “as queixas do mau estar no Comando não são pontuais, têm chegado em grande número, o que leva esta estrutura a agir, pois o objectivo é que a população não perca a confiança que tem na polícia, nem sinta fragilizado o seu sentimento de segurança”.

Esta posição é corroborada pela Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP), nomeadamente a defesa da imagem da instituição e da confiança que os cidadãos depositam nesta força de segurança.

Paulo Rodrigues, presidente da ASPP/PSP, também confirma que o seu sindicato tem recebido várias informações sobre o descontentamento que se vive na PSP em Castelo Branco em relação a algumas decisões do comandante. “É disso exemplo a proposta de promoção do seu motorista. É de injustiça o sentimento que motiva essa proposta, pois a

maioria não lhe reconhece um trabalho que se destaca sobremaneira dos outros profissionais da polícia e isso acaba por gerar um sentimento de revolta”, avança Paulo Rodrigues, que não esconde que a ASPP/PSP está preocupada “com o alcance deste descontentamento e com o efeito que isto tem no terreno, e no próprio trabalho dos agentes, porque começa a ser rotineiro o darem conta de comportamentos por parte do comandante que não revelam uma postura de liderança, como a que devia ter”, porque “é preciso quem comande e não quem mande”.

Quanto à promoção do seu motorista, o intendente Nuno Barata Mendes reitera que se trata de “uma proposta objectiva e em conformidade com a lei, a pensar no bem-estar da instituição e no reconhecimento de um currículo superior que merece ser elogiado. Quem comanda tem de se reger pela diferenciação da igualdade, consagrada na Constituição da República Portuguesa, por isso, se deve tratar de forma igual o que é igual e de forma diferente o que é diferente”.

Sistema pronto a ser instalado

Novo comando “para breve”

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) questionou, através de ofício, o Ministério da Administração Interna (MAI) sobre as instalações da PSP no Comando Distrital de Castelo Branco. Paulo Rodrigues, presidente da ASPP/PSP, em declaração ao Reconquista, reitera a estranheza pela demora na mudança para as novas instalações, quando “é do conhecimento geral que as actuais instalações não possuem as condições mínimas de funcionamento”, tal como “que as novas instalações já estão preparadas para albergar os 140 profissionais que prestam serviço em Castelo Branco”.

Por isso questionam o MAI “porque motivo ainda não foram transferidos os serviços e os profissionais para as novas instalações” e “para quando está prevista essa mudança”.

A ASPP/PSP recorda que “chove no bar, na camarata (tendo os agentes



Técnicos devem chegar segunda-feira

muitas das vezes que se ir fardar para a casa de banho), na central rádio, na sala de convívio e os tectos estão na eminência de cair”. Esta situação já foi várias vezes trazida a público, “mas nenhuma medida foi tomada pelos responsáveis”.

Também o Sindicato dos Profissionais da Polícia (SPP-PSP) colocou a mesma questão ao MAI, mas também à Direcção Nacional e à Câmara Municipal

de Castelo Branco. António Ramos, presidente desta estrutura sindical, diz que “é preciso saber o que se passa em concreto, se são as comunicações, se é o equipamento, se é a informática, qual é o verdadeiro motivo deste impasse”, defendendo que “é de todo o interesse que se mude rapidamente, mas que deixe um posto de atendimento no centro da cidade, como inicialmente previsto”.

O comandante da PSP,

o intendente Nuno Barata Mendes, avançou que tem agendada para sexta-feira, dia 6 de Janeiro, uma reunião com os sindicatos para esclarecer com eles todas as dúvidas sobre esta situação, mas refere ainda que “a Direcção Geral vai enviar a partir de segunda-feira, dia 9, os técnicos para instalarem a estrutura informática”.

Ao Reconquista, a Direcção Nacional esclarece que “as novas instalações do Comando Distrital de Castelo Branco, apesar de se encontrarem prontas, carecem ainda das ligações e circuitos informáticos. Uma vez que a grande parte da actividade operacional da PSP assenta sobre uma Plataforma de Gestão Informática da Informação, não faria sentido estar a proceder à mudança de instalações enquanto este processo não estiver concluído. Não obstante estes factos, prevê-se a referida mudança a curto prazo”.

Lídia Barata

Jantar de Natal cancelado

O tradicional jantar de Natal da PSP que, recorde-se, em anos anteriores reunia os elementos do Comando e respectivas famílias, com distribuição de prendas às crianças, filhas dos agentes, não foi este ano realizado.

Segundo os elementos policiais, este teria sido marcado mas “foi cancelado por falta de inscrições” o que, “revela o descontentamento que existe na instituição”.

Mas segundo o comandante da PSP, o motivo foi outro. “Houve um número significativo de inscrições de oficiais, mas cancelei o jantar para não os fazer deslocar”, explica. “Nunca foi induzido na instituição o espírito de coesão, para que se fizessem jantares de Natal com todos os elementos da PSP, tendo-me sido dito que era sim costume haver jantares, mas organizados por secções”, acrescenta.

Questionada sobre o alegado mau estar que os sindicatos têm tido conhecimento que existe dentro da PSP de Castelo Branco e que vêm agora denunciar, a Direcção Nacional escusa-se a comentar.

Lídia Barata